

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Ex. ma Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia da República**

Realizou-se no passado dia 22 de Janeiro a audição parlamentar do Senhor Ministro da Saúde, no âmbito da Comissão Parlamentar da Saúde. Nessa ocasião, o Partido Socialista, através do deputado Agostinho Santa, aproveitou a oportunidade para colocar ao Senhor Ministro várias questões relativas ao Centro Hospital de Trás-os-Montes e Alto Douro, referenciadas ao Centro Oncológico de Vila Real, ao Hospital D. Luís I (na Régua) e à Unidade Hospitalar de Chaves. Estranhamente, apesar de as perguntas terem sido circunstancialmente fundamentadas e formuladas de forma concreta, nem o Senhor Ministro nem nenhum dos Senhores Secretários de Estado que o acompanhavam se dignou dizer uma palavra que fosse sobre as matérias então abordadas.

Entendemos que as referidas questões não podem deixar de ter resposta, seja pelo respeito que as populações da região de Trás-os-Montes e Alto Douro inequivocamente merecem, seja pelo respeito interinstitucional que deve ligar Governo e Assembleia da República.

Em conformidade, passamos a apresentar as três situações referenciadas na aludida audição:

1<sup>a</sup> - A Administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro luta para que sejam criadas condições de melhoria e alargamento da oferta de serviços por parte do Centro Oncológico de Vila Real, designadamente através da aquisição de aparelhagem de radioterapia (com destaque para um acelerador linear) e da execução de várias obras de modo a beneficiar mais doentes daquela região do interior, evitando às populações dos Distritos de Vila Real e Bragança incómodas e dispendiosas deslocações ao IPO Porto.

2<sup>a</sup> - Ao contrário das muitas promessas que foram feitas à população da Régua, o esvaziamento progressivo do Hospital D. Luís I parece destinado a conduzir ao seu encerramento final, tudo indicando que o Governo desistiu do Hospital da Régua como unidade pública hospitalar, apesar dos investimentos avultados que ali foram feitos em anos anteriores. Embora o Hospital ainda permaneça de portas abertas, está hoje reduzido a 12 camas de medicina interna e cada vez presta menos serviços às populações locais. Nas suas próprias palavras, a Administração do Centro Hospital de Trás-os-Montes e Alto Douro está apenas à espera de saber quando é que pode dar como definitivo que nada tem que ver com o Hospital D. Luís I.

3<sup>a</sup> Quanto ao Hospital de Chaves, o sentimento popular generalizado é o de profunda

insatisfação com a perda de valências e a redução de recursos, com prejuízo para os serviços de saúde prestados às populações. Todavia, a Resolução da Assembleia da República nº 92/2011, de 25 de Março, publicada em 26 de Abril de 2011, recomenda ao Governo a elaboração dos estudos necessários para avaliar a criação da “Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega” (incorporando o Hospital de Chaves e os Centros de Saúde de Chaves, Boticas, Montalegre e Valpaços), sem prejuízo da implementação de “medidas urgentes” para o reforço dos meios do Hospital de Chaves de modo a qualificar e diversificar os serviços de saúde prestados às populações.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, através dos deputados eleitos pelo Círculo de Vila Real, requer, por intermédio de Vª Exª, ao Ministro da Saúde, resposta às seguintes questões:

1. Vai o Governo tomar medidas para o reforço do Centro Oncológico de Vila Real, designadamente através da aquisição da aparelhagem de radioterapia que é necessária para servir mais doentes oncológicos dos distritos de Vila Real e Bragança?
2. Tenciona o Governo prosseguir o caminho actual de progressivo esvaziamento do Hospital D. Luís I, na Régua? Que futuro preconiza o Governo para aquela unidade hospitalar do Estado?
3. Que passos foram dados pelo Governo em cumprimento da Resolução da Assembleia da República nº 92/2011, sobre a questão da “Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega”?
  1. Os estudos previstos na referida Resolução foram feitos? Quando é que tais estudos serão publicamente apresentados?
  2. De entre as “medidas urgentes” para o reforço do Hospital de Chaves previstas na mencionada Resolução da Assembleia da República, quais as que foram efetivamente tomadas pelo Governo e qual o teor e o calendário de execução das medidas ainda pendentes?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 5 de Fevereiro de 2014

Deputado(a)s

AGOSTINHO SANTA(PS)

PEDRO SILVA PEREIRA(PS)